

AVALIAÇÃO DE PROGRAMA E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Alaíde Vales FRANCHITO *

RESUMO

O objetivo desse estudo foi analisar e avaliar os documentos do Programa de Formação Continuada desenvolvido em um Centro de Capacitação, nos anos de 2005 e 2006, e oferecido aos professores da rede de Escolas Municipais. Além disso, analisou-se o trabalho desenvolvido no Centro, com a oferta de diferentes modalidades de formação, tais como Oficinas, Palestras, Simpósios e outros. Diante dos dados expostos, concluímos que houve um significativo aumento na oferta pelo Centro das modalidades de formação, de 2005 a 2006, configurando-se em 14%, e também uma maior participação da demanda de um ano para o outro, em torno de 74%.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Formação de professores. Formação continuada.

Introdução

A temática da preparação docente vem sendo, nos dias atuais, objeto particular de preocupação do Ministério de Educação e do Desporto, em decorrência das insistentes e generalizadas demandas de melhoria do trabalho do professor na sua atuação profissional em quaisquer níveis e modalidades de ensino, assim como em virtude das discussões atuais sobre as especificidades da natureza do trabalho que os professores executam.

Essas preocupações têm sido objeto de numerosas contribuições teóricas e investigações, nas últimas décadas, assumindo a formação docente múltiplas dimensões e diversos rumos, que incluem desde os conhecidos empenhos no desenvolvimento de cursos, oficinas, palestras, seminários e outros, até uma grande variedade de discussões, iniciativas e programas, que têm em vista o melhor conhecimento dos documentos oficiais e norteadores da escola, como os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), o comprometimento da educação escolar com a democracia e a cidadania, o repensar as ações dos professores e a sua atuação profissional, entre outros aspectos.

Pretende-se adotar como fundamentação teórica da pesquisa a ser desenvolvida, os conceitos de formação e de formação continuada, enfatizando Machado (1999) e Antunes (1999) :

a palavra formação, no sentido assumido pela Pedagogia, está relacionada ao termo alemão “Bildung”, indicando processo de educação como formação do homem, o seu melhorar-se e refinar-se. Indica ainda “civilização” como produto desse processo educativo, o conjunto dos modos de viver e de pensar cultivados. No que se refere a formação dos professores, esta é compreendida, de um lado, ‘como educação e, de outro, como sistema de valores simbólicos (ANTUNES, 1999, p.95).

No ambiente escolar, a formação é tratada como educação, sendo o nosso objeto de estudo a formação continuada ou permanente. Geraldi e colaboradores (1998), afirmam que a

* Docente e Coordenadora do Curso de Pedagogia do Centro Universitário de Araras “Dr. Edmundo Ulson”. Doutora em Psicologia, Ciência e Profissão pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (alaide-franc@uol.com.br).

formação docente é um processo que se inicia com a experiência de vida, antes mesmo da formação inicial.

Segundo a ANFOPE (1999), o princípio de formação dos profissionais da Educação é a relação teoria/prática, isto é, ela se dá em vários espaços/tempos remetendo-nos a múltiplas alternativas que vêm sendo desenvolvidas, em especial a partir do conceito de base comum nacional para a formação de profissionais da educação que prevê a discussão permanente de conteúdos e metodologias.

Muito recentemente, a formação recebida nos cursos de graduação era tida como “terminal” (cumulativa e progressiva). Essa idéia vem sendo atualmente substituída pela idéia de formação continuada, caracterizando-se por sua complexidade e não linearidade. Portanto, aquilo que se considerava terminal torna-se “formação inicial”.

Estudos atuais realizados por Nóvoa (1991) e Fusari (1998), apontam para a necessidade de se avançar e criar um novo paradigma, no qual a formação do educador se efetive num continuum, ou seja, em um processo em que a formação inicial, a formação contínua, a prática profissional, os saberes da profissão e a carreira profissional sejam elementos articulados entre si. Para este último, a formação contínua vista como um continuum, deve articular dialeticamente os elementos citados acima, acrescidos dos estágios, das pesquisas, dos saberes da profissão, dos conhecimentos docentes e da cultura do país.

Diante de tais considerações, verificamos que no Brasil, os conceitos de formação permanente e de formação continuada infelizmente não têm a precisão e o rigor desejáveis para possibilitar uma caracterização simples e direta de um e de outro. Atualmente, encontramos adoções de ambos os termos como indicadores, para se referir ao treinamento em serviço dos professores no exercício de suas atividades.

Segundo Imbernón (1994), denominamos de formação permanente ou desenvolvimento profissional a formação pós-escolar derivada do trabalho profissional que implica a aquisição de conhecimentos, atitudes, habilidades e condutas, intimamente relacionadas ao campo profissional onde se atua.

Essa afirmativa tem sido entendida por muitos estudiosos e profissionais que circulam nos ambientes pedagógicos como uma formação que substitui as falhas de aprendizagem de uma formação inicial (habilitação de uma profissão), isto é, como substitutiva de um ensino com baixo rendimento. Seria uma necessidade criada pelo sistema para suprir suas próprias deficiências.

Coerentes com essa posição, criam-se programas visando desenvolver tal formação utilizando finalidades compensatórias e remediativas, postuladas em objetivos como suprir ou sanar as deficiências dos professores e a má qualidade da educação a eles oferecida no sistema escolar.

Por outro lado, para outros sistemas de ensino, segundo estudos de Leme & Minville, *apud* Scarpa (1999), “a formação permanente deve se constituir em uma experiência contínua que

contribua para o crescimento constante das pessoas, um processo que se estende por toda a vida profissional”(p. 38). O Referencial de Formação do MEC (1999) e Franchito (2004) corroboram essa afirmativa ressaltando que a formação continuada é necessidade intrínseca para os profissionais da educação escolar e faz parte de um processo permanente de desenvolvimento profissional que deve ser assegurado a todos, devendo propiciar atualizações, aprofundamento das temáticas educacionais, e apoiar-se numa reflexão sobre a prática educativa, promovendo um processo constante de auto- avaliação que oriente a construção contínua de competências profissionais. Porém, “um processo de reflexão”, segundo Alarcão (1996), exige predisposição a um questionamento crítico da intervenção educativa e uma análise da prática na perspectiva de seus pressupostos. Isso supõe que a formação estenda-se às capacidades e atitudes e problematize os valores e as concepções de cada professor e da equipe.

A perspectiva de formação continuada que aqui se propõe, está intimamente ligada à existência dos projetos educativos nas escolas de educação básica (de educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos) e pode acontecer tanto no trabalho sistemático dentro da escola quanto fora dela, mas sempre com repercussão em suas atividades. A formação continuada feita na própria escola acontece na reflexão compartilhada com toda a equipe, nas tomadas de decisão, na criação de grupos de estudo, na supervisão e orientação pedagógica, na assessoria de profissionais especialmente contratados etc. Outras formas, tais como programas desenvolvidos com várias escolas, intercâmbios, cursos, palestras, seminários são importantes meios de atualização, de troca e de ampliação do universo profissional e cultural das equipes. Entretanto, não se pode perder de vista a ligação com as questões de formação e demandas dos professores sobre seus trabalhos.

As questões levantadas na pesquisa poderão ser objeto de estudos futuros, pois o que se pretende nesse trabalho é analisar a prática de gestão de um Centro de Capacitação no desenvolvimento de programas de formação continuada.

Diante dessa situação, segundo Franchito (2004), cabe às Instituições formadoras propor ações e políticas que viabilizem essas reflexões e que possam ser referência para todos aqueles que se preocupam com a qualidade de ensino. Torna-se necessária uma análise crítica da situação e das ações que poderão ser balizadoras no processo de formação.

Situação atual dos professores – tendências de formação

A situação atual dos professores focalizada no estudo enfatiza primeiramente as medidas da Legislação vigente representada pela LDBEN no. 9394/96, que dispõe sobre a formação de profissionais da educação, em seu artigo 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

O art. 87, parágrafo 4, da mesma Lei prevê que: “até o fim da Década da Educação, portanto a partir do ano 2007, só serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamentos em serviço”. Isto significa que os órgãos educacionais devem manter cursos destinados à formação de profissionais para a educação básica, incluindo o curso normal superior para formar professores de educação infantil e das quatro primeiras séries do ensino fundamental, incluindo a educação especial e a educação de jovens e adultos.

Os graduados em nível superior, mas sem habilitação para o exercício do magistério, que queiram dedicar-se à educação básica poderão adquirir habilitação por meio de programas de formação pedagógica oferecidos por instituições de nível superior.

Esse panorama explicativo de fundo legal demonstra as exigências que a nova LDBEN/96 traz em relação à habilitação para o exercício do Magistério. No entanto, a situação acima descrita não corresponde à realidade de formação existente de forma total no nosso país, porque sabemos que em algumas regiões ainda temos professores leigos, isto é, profissionais sem habilitação para o exercício do Magistério. Esse assunto está previsto na Lei nº 9424/ 96, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério que assegura aos professores leigos um prazo de 5 anos para a obtenção da habilitação necessária ao exercício da atividade docente (art. 9º, § 2º). Isso significa que os sistemas de ensino devem criar condições para a habilitação desse contingente sem preparação.

Dentre os professores leigos, situam-se os que possuem ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo e aqueles com nível superior, mas sem a formação específica para o exercício do Magistério.

Quanto à situação profissional, os dados do censo, conforme fonte MEC/INEP/SEEC, do Referencial de Formação dos Professores (1999), revelam o seguinte:

o número de professores no ensino fundamental é da ordem de 1.413.607, sendo que desse total 56,1% atuam de primeira a quarta série. Além disso o censo revela também a existência de 225.573 professores sem habilitação para o exercício profissional, principalmente na educação infantil e no ensino fundamental”(p.19).

Esses dados indicam a necessidade de se prever um processo transitório entre a realidade atual e o atendimento às determinações da nova legislação educacional no que se refere a formação profissional – que implica oferecer formação em nível médio onde os professores não a possuem e alternativas para o caso da formação incompleta no ensino fundamental.

Diferentes instituições vêm configurando uma nova forma de compreender e atuar numa educação que tem como questão estratégica a formação dos professores, dedicando-se à produção de experiências e conhecimentos sobre o assunto; dentre eles, as Faculdades de Educação, Institutos de Formação de Professores, Escolas de Magistério em nível médio, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Associações de Educadores, Entidades Sindicais e ONG's.

Segundo o Referencial do MEC (1999), com relação às tendências de formação, o processo permanente de desenvolvimento profissional a que todos os educadores têm direito, envolve formação inicial e continuada, sendo que a diferença essencial entre esses dois processos é que a formação continuada ocorre com o professor já no exercício de suas atividades, enquanto que a inicial corresponde à habilitação para o exercício de uma profissão.

O modelo convencional de formação inicial e continuada dos profissionais da educação vem sendo bastante questionado nos últimos anos, principalmente pela sua ineficácia e contribuição para o processo de desprofissionalização do magistério. Cada vez mais os próprios profissionais da educação têm assumido esse questionamento e defendido que a formação adequada e de qualidade é um direito que lhes cabe – superando, dessa forma, uma visão reducionista de que a crítica à formação inadequada de que dispõem implicaria uma acusação de incompetência profissional.

Atualmente, a Autora desconhece estudos conclusivos a respeito da relação entre formação profissional do professor e aprendizagem escolar de crianças e jovens. Se, por um lado, existem inúmeros indicadores de que a habilitação e a formação em serviço não garantem melhores resultados na aprendizagem dos alunos, por outro lado, há evidências que confirmam essa relação, embora não entendida como uma relação mecânica e diretamente proporcional.

Dessa forma, de um modo geral, em qualquer campo de atuação os profissionais com boa formação alcançam melhores resultados do que profissionais com formação ruim; a questão seria o tipo de formação a que tiveram acesso os professores: ter ou não habilitação e oportunidade da formação em serviço não parece ser propriamente o ponto. Tudo leva a crer que o importante é a qualidade da formação de que dispõem.

A hipótese subjacente é que, embora insuficiente para garantir, por si só, uma aprendizagem escolar de melhor qualidade, a formação de professores é uma condição *sine qua non*. Segundo Nóvoa (1991),

é necessário promover transformações radicais tanto na forma quanto nos conteúdos das práticas que se tornaram tradicionais – essencialmente, professores e alunos estão submetidos ao mesmo modelo de ensino e, portanto, de certo modo, a maioria dos problemas identificados na educação escolar, e das respectivas críticas, se aplicam também à formação profissional (p. 110).

Não só no Brasil, mas em vários países da América Latina, a preparação para o exercício do Magistério tem características muito semelhantes: não há um sistema articulado de formação inicial e continuada, o que ocasiona falta de coordenação das instâncias formadoras, ineficácia dos cursos de formação inicial, o que tem levado a práticas compensatórias de formação em serviço; heterogeneidade muito grande na oferta e qualidade da formação continuada, bem como a sua descontinuidade.

Podemos destacar dois aspectos que merecem ser analisados futuramente em relação às tendências de formação dos últimos anos: um deles é que as práticas de formação continuada têm se configurado predominantemente em eventos pontuais – cursos, oficinas, seminários e palestras – que, de modo geral, precisam ser discutidos para se verificar se eles respondem às necessidades pedagógicas mais imediatas dos professores e se foram planejados e articulados como tal; o outro é que a exigência de formação em nível superior por si só não tem resolvido os problemas dos professores, que em parte justificam a defesa desse nível para a sua formação profissional. Podemos observar que o nível superior para a formação dos professores tem encontrado problemas, tais como: o elevado academicismo na formação, as resistências a inovações e o baixo *status* que se dá a esse curso, em relação aos demais cursos universitários.

Portanto, há necessidade de que as Instituições Formadoras repensem os mecanismos que deverão pautar o projeto de formação, no sentido de ocorrerem transformações na formação profissional.

Em termos atuais, podemos observar que não há dados precisos que permitam compor um quadro verdadeiramente fiel da situação da formação de professores, bem como das tendências profissionais. Há apenas dados especulativos, havendo necessidade de que as instâncias municipais e estaduais tomem para si o propósito de diagnosticar detalhadamente a questão da formação, no que diz respeito à demanda real, a evasão e a retenção nos cursos de habilitação e suas respectivas causas, a razão da escolha e do abandono do Magistério, os percentuais de inserção no mercado de trabalho, etc.

Com o propósito de analisar a formação continuada de educadores desenvolvida no Centro de Capacitação e prevista no Plano Educacional da Secretaria de Educação do Município, foi planejada e executada a presente pesquisa que teve como principal objetivo identificar e analisar os documentos relativos aos registros de modalidades de formação continuada dos professores ocorridas no Centro.

Método

Sujeitos

Foram objetos de análises os documentos do Projeto de Formação Continuada desenvolvido no Centro de Capacitação, nos anos de 2005 e 2006, oferecidos aos professores da rede de Escolas Municipais, que conta atualmente com 16 Escolas de Educação Infantil (EMEIs), sendo 11 específicas de Educação Infantil (com atendimento de 4 a 6 anos), e 5 (EMEIFs), Educação Infantil e Ensino Fundamental (1ª a 4ª série); 12 Centros Municipais de Educação Infantil (CEMIs), 4 Escolas de Ensino Fundamental e 45 salas de aula atendendo a Educação de Jovens e Adultos, totalizando aproximadamente 600 professores, 58 especialistas de educação e aproximadamente 12 mil alunos.

Além da Rede Municipal, analisou-se o trabalho desenvolvido no Centro pelos profissionais da Campanha de Educação que possui uma coordenação geral e uma equipe composta de

quinze especialistas pertencentes à Secretaria Municipal de Educação e a uma Universidade Estadual.

Materiais

Os documentos analisados pertencem ao Projeto de Formação Continuada dos Educadores previsto no Plano Educacional e realizado no Centro Municipal em 2005 e 2006 através da Secretaria Municipal de Educação.

Em 2005, o Centro desenvolveu as seguintes modalidades destinada a educadores: Cursos de teatros; Oficinas de sucatas; Encontros de capacitação para professores do ensino Fundamental; Palestras sobre a Formação do Educador; Oficinas de matemática; Palestras sobre o Referencial Curricular da Educação Infantil; Curso Vivenciando as Múltiplas Inteligências na Educação Infantil; Oficina sobre o stress; Semana de Estudos de Pedagogia, Simpósio; Visita à Oficina Pedagógica da Secretária Municipal de um Município ; Parceria entre Centro/ Universidade Estadual ; Seminários sobre o Ensino Religioso e Visitas ao Observatório de um município.

Em 2006, houve novamente o lançamento do Plano Educacional na Rede Municipal e estabelecida a política de formação através da “Campanha Solidariedade no Saber”, em conjunto com o Centro de Formação que ofereceu as seguintes modalidades de formação para professores: Oficinas de matemática sobre o tema: Como trabalhar com o material dourado; Oficina sobre Experiências das Classes de Aceleração; Simpósio de Educação Infantil, Palestras, Visitas, Encontros, etc.

Procedimentos

Inicialmente, foi feito contato com a Coordenação do Centro e solicitado os documentos relacionados as modalidades dos Programas de formação continuada, desenvolvidas junto aos educadores nos anos de 2005 e 2006. Foram examinados os relatórios e verificadas as listas de presença com os dados dos envolvidos, colhidos de modo empírico, com o objetivo de identificar e avaliar a adesão dos participantes, o número de pessoas interessadas e o que vem realmente acontecendo no dia-a-dia nos programas de formação dos educadores de determinado município.

Resultados e Discussão

Os resultados abaixo objetivam demonstrar e analisar as modalidades de formação desenvolvidas no Centro de Capacitação nos anos de 2005 e 2006, representados nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 - Modalidades de formação - 2005

<i>Modalidade de formação</i>	<i>Q.F.</i>	<i>N.P.</i>	<i>%</i>	<i>P.QF.</i>	<i>%</i>	<i>P.NP.</i>
Encontros de Capacitação	8	174	16%	4°	9%	3°
Palestras	3	620	6%	5°	32%	1°
Cursos	9	173	18%	3°	8%	4°
Seminários	10	160	20%	2°	8%	6°
Oficinas	15	165	30%	1°	9%	5°
Visitas	2	33	4%	6°	2%	8°
Simpósios	1	500	2%	7°	26%	2°
Semanas de Estudos	1	100	2%	7°	5%	7°
Parcerias	1	10	2%	7°	1%	9°
Total	50	1935	100%		100%	

Q.F- Quantidade de Formação; N.P- Número de Pessoas; % Percentual de Quantidade de Formação; P.QF.: Posição da Quantidade de Formação em relação ao total desenvolvido; % – Percentual de Número de Pessoas em relação ao Total; PNP. : Posição do Número de Pessoas.

A tabela 1 apresenta as modalidades de formação ocorridas no ano de 2005 no Centro, num total de 50 (cinquenta), subdivididas em 9 (nove) tipos, atendendo 1935 (um mil novecentas e trinta e cinco) pessoas. As diferentes modalidades apresentam o seguinte resultado: 8 (oito) Encontros de Capacitação, atendendo um total de 174 (cento e setenta e quatro) pessoas com um percentual de 16% em relação ao total de formações desenvolvidas; 03 (três) Palestras, atendendo 620 (seiscentas e vinte) pessoas e perfazendo um percentual de 6% em relação ao total de formações de 2005; 09 (nove) Cursos, abrangendo 173 (cento e setenta e três) pessoas, com 18% das formações; 10 (dez) Seminários, abrangendo 160 (cento e sessenta) pessoas e 20% em relação ao total da formação; 15 (quinze) Oficinas, abrangendo 165 (cento e sessenta e cinco) pessoas e perfazendo um percentual de 30% em relação ao total; 02 (duas) Visitas a locais educativos, abrangendo 33 (trinta e três) pessoas com um percentual de 4%, em relação ao total; 01 (um) Simpósio, atendendo 500 (quinhentas) pessoas, perfazendo um total de 2% do total; 01 (uma) Semana de Estudos em conjunto com a Universidade, atendendo 100 pessoas e com índice de 2% no total das formações; 01 (uma) Parceria, isto é, projeto desenvolvido com a Universidade para formação de professores, atendendo um total de 10 (dez) pessoas e representando 2% no total das formações.

Analisando os resultados, podemos observar que a modalidade mais procurada é a de Oficinas, com um percentual de 30% em relação ao total da formação. Isto acontece porque os professores solicitam este tipo de formação em busca de sugestões práticas para o “seu fazer pedagógico”. Em relação ao número de pessoas atendidas na modalidade e conforme registros analisados, o percentual é de 9%, configurando-se em um atendimento reduzido na modalidade.

A situação descrita se justifica pelo fato de a clientela que frequenta as Oficinas ser um grupo fixo, isto é, as Oficinas são modalidades de formação que foram desenvolvidas em 2005 sob a forma de módulos, apresentando algumas características da formação continuada.

Em segundo lugar, observamos a modalidade Seminários, com uma frequência de 20% em relação ao total de formação e 8% em relação ao número de pessoas que frequentaram a

referida modalidade. Conforme registros analisados, pudemos observar que a situação dos Seminários é a mesma das Oficinas, em termos de atendimento de demanda. Os seminários, na sua maioria, foram desenvolvidos de forma modular, com um número de pessoas mais ou menos fixo. Os seminários, no caso específico da referida análise, não se caracterizaram como “grandes eventos”, com elevado número de participantes. Eles foram realizados de formas modulares, com um tema específico, oferecidos para uma clientela seleta. A terceira modalidade de formação é a de Cursos com um percentual de 18% no total de realização na modalidade e 8% no total de pessoas que a freqüentaram. No caso da referida modalidade, os Cursos foram realizados de forma planejada, isto é, para uma clientela específica. A quarta modalidade, foram os Encontros de Capacitação que apresentaram uma freqüência de 16% no total da formação e 9% no número de pessoas que a freqüentaram. Esta modalidade também foi realizada de forma planejada, definida para grupos específicos, caracterizando-se como “formação continuada”. A quinta modalidade foi a de Palestras, com 6% no total de formação e 32% de freqüência de população. As palestras são modalidades convencionais de formação, com elevado número de participantes.

Segundo o Referencial de Formação do MEC (1999), as palestras são modalidades nas quais se dá uma ênfase muito grande à transmissão de informação teórica, reunindo, portanto, um grande número de participantes. Em sexto lugar, observamos a modalidade de Visitas com 4% de freqüência na formação e 2% na participação das pessoas. A referida modalidade refere-se a visitas a locais educativos, para conhecimento e troca de experiências. Em sétimo lugar, vieram as modalidades de Simpósio, Semana de Estudos e Parcerias. Embora tivessem a mesma freqüência na formação, ou seja 2%, as referidas modalidades tiveram um percentual diferenciado no número de pessoas que as freqüentaram. Isto ocorreu devido as características diferenciadas de formação que elas possuem.

No caso do Simpósio, que apresentou 2% de freqüência na modalidade e 26% de adesão de pessoas, podemos analisá-lo como a modalidade que abarcou o maior número de participantes em 2005, dado que essa modalidade é um evento de natureza de grande porte, que ocorre anualmente por dispositivo legal, superando o percentual das palestras que atenderam 32% da população numa freqüência de três vezes ao ano. Em seguida, registramos a modalidade Semana de Estudos, com 2% de freqüência na formação e 5% na populacional. A Semana de Estudos é uma modalidade que ocorreu em 2005 apenas uma vez, considerada como um evento de médio porte, que se desenvolveu em conjunto com a Universidade. Por último, registramos a Parceria com 2% de freqüência de formação e 1% no número de pessoas que freqüentaram a modalidade. O termo Parceria foi caracterizado como trabalho articulado com outra Instituição na formação dos professores. No caso específico, a Parceria ocorreu em conjunto com a Universidade, considerando a população atendida, que foi apenas o grupo técnico que compareceu à Instituição.

Tabela 2 - Modalidades de formação - 2006

<i>Modalidade de formação</i>	<i>Q.F.</i>	<i>N.P.</i>	<i>%QF.</i>	<i>P.QF.</i>	<i>%NP.</i>	<i>PNP.</i>
Encontros	4	430	7%	4°	13%	4°
Palestras	5	665	9%	3°	20%	2°
Cursos	10	315	18%	2°	10%	5°
Oficinas	27	915	46%	1°	27%	1°
Visitas	2	42	4%	5°	2%	10°
Simpósios	1	600	2%	6°	18%	3°
Semanas de Estudos	1	120	2%	6°	4%	7°
Parceria	1	100	2%	6°	3%	8°
Reuniões de Capacitação	5	130	9%	3°	4%	6°
Campanha	1	50	2%	6°	2%	9°
Total	57	3367	100%		100%	

Q.F- Quantidade de Formação; N.P- Número de Pessoas; % – Percentual de Quantidade de Formação; P.QF.: Posição da Quantidade de Formação em relação ao total desenvolvido; % . – Percentual de Número de Pessoas em relação ao Total; PNP. : Posição do Número de Pessoas.

No ano de 2006 e conforme tabela 2, podemos verificar o total de 57 (cinquenta e sete) modalidades de formação, com atendimento a 3367 (três mil trezentas e sessenta e sete) pessoas, distribuídas em 10 (dez) modalidades da seguinte forma: 4 (quatro) Encontros com um total de 430 (quatrocentos e trinta) pessoas, representando 7% do percentual de formação; 5 (cinco) Palestras com um total de 665 (seiscentos e sessenta e cinco) pessoas, representando 9% do percentual de formação; 10 (dez) Cursos com um total de 315 (trezentos e quinze) pessoas, representando 18% do percentual de formação; 27 (vinte e sete) Oficinas com um total de 915 (novecentos e quinze) pessoas e com uma frequência de 46% na formação; 2 (duas) Visitas com um total de 42 (quarenta e duas) pessoas e 4% na formação; 1 (um) Simpósio, com atendimento a 600 (seiscentas) pessoas e representando 2% na formação; 1 (uma) Semana de Estudos, com uma população de 120 (cento e vinte) pessoas representando 2% na formação; 1 (uma) Parceria, com um atendimento a 100 (cem) pessoas, representando 2% na formação; 5 (cinco) Reuniões de Capacitação, atendendo a 130 (cento e trinta) pessoas, com um percentual de 9% na formação; 1 (uma) Campanha, com atendimento a 50 (cinquenta) pessoas, representando 2% na formação.

Analisando os dados, verificamos que no ano de 2006 a modalidade que apresenta um percentual maior de ocorrência é a de Oficinas, pelos mesmos motivos analisados em 2005, ou seja, os professores buscam através das Oficinas, respaldo técnico ao seu trabalho pedagógico. Por outro lado, a população que frequentou as Oficinas foi uma população estável, com mais ou menos 27 pessoas, representando 27% em termos de população que frequentou a formação. Em segundo lugar, a modalidade Cursos representando 18% em frequência de formação e 10% em termos de população. Isto acontece devido à situação de os cursos serem modulares, isto é, o mesmo grupo de professores desenvolve a formação numa determinada modalidade por um tempo determinado. Em terceiro lugar, temos as Palestras que são eventos que atendem um grande contingente populacional, representando 9% em termos de formação e 20% da população atendida. Também em terceiro lugar, registramos as Reuniões de Capacitação com 9% na formação e 4% da população, que na sua maioria são

planejadas e modulares. Em quarto lugar, temos os Encontros, com 7% na formação e 13% na população atendida, assemelhando as modalidades de atendimento de grande porte, que reúnem um número elevado de participantes. Em quinto lugar, temos as Visitas que representam 4% da formação e 2% da população, caracterizando-se como contatos com outros locais para a troca de experiência. Em sexto lugar, registramos as modalidades de Simpósio, Semana de Estudos, Parceria e Campanha com um percentual de 2% na frequência de formação, havendo, portanto, variabilidade em termos do número de participação. Pela ordem dos participantes o Simpósio com 18% é o mais representativo em termos de população; em seguida, a Semana de Estudos com 4% na população e, em último, a Parceria com apenas 3% na população. A modalidade Parceria apresenta em 2006 uma especificidade, ou seja, foi feito um contato com uma Instituição específica envolvendo um grupo de pessoas de nível técnico e docente. Em quarto lugar, temos a Campanha, que, em termos de formação, teve apenas 2% de representatividade por considerar no seu contexto de participação apenas o grupo que foi selecionado para desenvolvê-la.

Diante dos dados expostos, observamos que houve um significativo aumento na oferta pelo Centro das modalidades de formação, de 2005 a 2006 configurando-se em 14%, e também uma maior participação da demanda de um ano para o outro, em torno de 74%.

Conclusão

Através dos dados analisados, podemos concluir que os resultados foram positivos no que se referiram aos objetivos propostos pelo Centro de Capacitação de desenvolver a formação continuada dos educadores em consonância com as exigências da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que preconiza a oferta de treinamento em serviço, corroborada pelos estudos de Imbernón (1994), os de Leme e Minville (1990), apud Scarpa (1999) e Franchito (2004) que ressaltaram a formação dos educadores como algo permanente que deverá ocorrer no contexto de suas experiências profissionais, propiciando melhoria qualitativa da sua atuação.

A oferta de formação para todos os profissionais da educação enfatizada pelo Referencial de Formação do MEC (1999) como um processo de desenvolvimento profissional foi observada no significativo aumento de envolvimento da população de professores na busca das modalidades de formação nas formas de Oficinas e Cursos que apresentaram um avanço do ano de 2005 para o de 2006. Segundo a mesma fonte, "as Oficinas e os Cursos são encontros destinados aos professores para ensiná-los a fazer ou "vivenciar" algo que se julga necessário ou importante" (p. 30).

Como propostas futuras, sugerimos: a) a continuidade do investimento no Centro, através de um trabalho de equipe para elaborar diretrizes de formação em busca da melhoria do trabalho docente; b) discussões e reflexões sobre as práticas dos educadores, a fim de diagnosticar as necessidades de formação, bem como grau de satisfação, etc; e c) também, incentivar pesquisas sobre temas educacionais. É importante encarar o presente trabalho, não como uma resposta pronta e final ao tema de formação do Centro, mas como ponto de partida de discussão, que possa gerar ações profícuas de melhoria no processo ensino/aprendizagem.

Diante disso, sugerimos que se faça uma análise e um planejamento no sentido de: promover as transformações necessárias nas instituições responsáveis por formar professores, para que o processo de formação aconteça num contexto favorável ao desenvolvimento de diferentes competências profissionais; garantir condições adequadas de trabalho, remuneração e incentivos que façam do magistério uma opção atraente; definir novas políticas e critérios de seleção para o ingresso de professores na carreira; redimensionar o papel profissional do professor no contexto das tarefas atualmente colocadas pela realidade à educação escolar; criar um sistema único de formação permanente, que inclua formação inicial e continuada; repensar as modalidades organizativas e administrativas nas quais a formação acontece; redimensionar as prioridades de dotação de recursos na área educacional; transformar radicalmente os currículos e programas de formação; considerar que é necessário um determinado tempo para que as transformações ocorram de fato e criar condições para tanto; empreender um esforço permanente de informação, comunicação e formação de opinião pública em torno da questão da qualidade da educação escolar e do papel profissional do professor; subvertendo os esquemas convencionais de relacionamento entre poder público, sociedade e associações profissionais.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze and to evaluate documents of the Program of Continued Formation developed in a Center of Qualification, in the years of 2005 and 2006, and offered the teachers of Municipal Schools. Moreover, the work developed in the Center was analyzed, with offers of different modalities of formation, such as Workshops, Lectures, Symposiums and others. In view of the displayed data, we conclude there was a significant increase in offers of the formation modalities by the Center from 2005 to 2006, configuring in 14%, and also a bigger participation of the demand from one year to the other, around 74%.

KEYWORDS: *Education. Formation of teachers. Continued Formation.*

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. (Org.). *Formação reflexiva de professores*. Portugal: Ed. Porto, Coleção CIDINE, 1996.

ANFOPE. *Boletim da ANFOPE*. Campinas (SP), ano V, n. 11, ago. 1999. Disponível em: <<http://lite.fae.unicamp.br/anfope>>

ANTUNES, J.A. *Treinamento, capacitação e reciclagem* (apostila do Curso de Gestão de Recurso Humanos). Rio Claro (SP): UNICLAR/MIX, 1999.

FRANCHITO, A.V. *Análise de programa de formação universitária: percepção de coordenadores e professores*. Campinas (SP): PUCC, 2004, 216 p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica, Campinas.

IMBERNÓN, F. *La formación y el desarrollo profesional del profesorado. Hacia una nueva cultura profesional*. Barcelona: Grão, 1994.

MACHADO, O. V. Novas práxis educativas no ensino de Ciências. In: CAPPELLETTI, I.F. & LIMA, L.A.N. (orgs.). *Formação de educadores*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

NÓVOA, A. Para um estudo sócio-histórico e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria e educação*, Porto Alegre, n. 4, 1991.

GERALDI, C.M.G. *et al. Cartografias do trabalho docente: professor(a)- pesquisador(a)*. Campinas (SP): Mercado de Letras e Associação de Leitura do Brasil, 1998.

SCARPA, R. Concepção, princípios e estratégias do projeto de formação. In: SCARPA, R. *Era sim, agora não...* São Paulo: Artes Médicas, 1998.

BIBLIOGRAFIA DE APOIO, LEGISLAÇÃO E FONTES

MARTINS, M.A.V. O teórico e o prático na formação dos professores. In: CAPPELLETTI, I.F. & LIMA, L.A.N. (orgs.). *Formação de educadores*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. *Dados Estatísticos*. Brasília: MEC/INEP (Monografia não publicada), 1977.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 4024, de 20 de dezembro, 1961.*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no. 5692, de 11 de agosto, 1971.*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. *Lei nº. 9424, de 24 de dezembro, 1996.*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria da Educação Fundamental. *Referenciais para formação de professores*. Brasília, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394, de 20 de dezembro, 1996.*